



Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e cinquenta e dois minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 197/2023, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando o Edital n.º 203/2023 e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 6.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Mateus Calado (PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 e 8.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Contabilidade e Património, Sílvia Maria Torrão Barbeiro, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 01/2024 – Proposta n.º 01/2024 – GAP – Ratificação Protocolo de Consórcio para Investimento Territorial Integrado “Redes Urbanas” ‘Cidades Âncora para a Economia Azul’**
 - 2. **Deliberação n.º 02/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de sublocação de parcela de terreno, sita em EN10, Pontes, destinada a equipamento desportivo**
 - 3. **Deliberação n.º 03/20234 – Proposta n.º 02/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão do prédio sito na urbanização Pote**

- de Água, no Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3, 1.º andar esquerdo, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal*
4. *Deliberação n.º 04/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DRH/DIGAT – Gestão dos recursos humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal aprovados para o ano de 2024 - Montante dos encargos*
 5. *Deliberação n.º 05/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DRH/DIGAT – Proposta de provimento do cargo de direção superior de 1.º grau – Diretor Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos (DMAGPE)*
 6. *Deliberação n.º 06/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DRH/DIDEC – Aceitação de doações – Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores do Município*
 7. *Deliberação n.º 07/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DOM – Empreitada CP 01/18 – “CICLOPSET – Reperfilamento da Av. Manuel Maria Portela e da Estrada dos Ciprestes entre a Av. 5 de Outubro e o limite do concelho” - Libertação da garantia*
 8. *Deliberação n.º 08/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Av. da Bela Vista OP-A1/A2, Setúbal - Adjudicação*
 9. *Deliberação n.º 09/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 19/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Rua das Piteiras OP-A3/A4, Setúbal - Adjudicação*
 10. *Deliberação n.º 10/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico*
 11. *Deliberação n.º 11/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal – 33.ª Rampa da Arrábida 2024*
 12. *Deliberação n.º 12/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal, o União de Futebol Comércio e Indústria e o Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD, para a utilização do campo de futebol de onze do Setúbal Parque – Alteração ao protocolo submetido a reunião pública de Câmara de 4 de outubro de 2023*
 13. *Deliberação n.º 13/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 141/19*
 14. *Deliberação n.º 14/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 310/22*
 15. *Deliberação n.º 15/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 45/23*
 16. *Deliberação n.º 16/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração no decorrer da obra - Processo n.º 69/22*
 17. *Deliberação n.º 17/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de demolição, construção, alteração e ampliação - Processo n.º 133/23*
 18. *Deliberação n.º 18/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DURB/GAPRU – Concessão da licença administrativa para alteração de uso em fração de edifício - Processo n.º 410/22*
 19. *Deliberação n.º 19/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DURB/GAPGPA – Apresentação de candidatura da praia da Figueirinha ao galardão Bandeira Azul 2024*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 e 11;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 12;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB) relativos à emissão de alvarás de construção e utilização, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 e 14.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Sónia Martins – Desejou a todos um Bom Ano, que fosse um ano mais próspero e que acima de tudo pudessem ter um ano com mais paz, ter alguma evolução naquilo que era a oferta dos serviços públicos, porque existiam situações bastante preocupantes no município de Setúbal, sendo que uma delas era a questão da saúde.

Questionou o Sr. Presidente, tendo em conta a massa de ar polar que se previa para o dia seguinte, se havia algum plano de contingência para as pessoas em situação de sem-abrigo. Questionou o que era feito, o que iria ser implementado e se haveria algum plano com a Proteção Civil e com os Bombeiros. Disse que gostaria de perceber qual era a estratégia para poderem dar algum apoio às pessoas.

Relativamente à questão da saúde, provavelmente o senhor Presidente não tinha mais informação do que aquela que lhes transmitira na última reunião da Câmara Municipal, relativamente ao centro de Saúde de Azeitão. Disse que assistiu a notícias que relatavam o caos que era as urgências do Hospital de São Bernardo. Foi notícia de que existiam macas das ambulâncias que ficavam retidas no hospital porque não existiam camas suficientes no hospital para os doentes, sendo obrigados a permanecerem nas macas dos bombeiros, que por sua vez os impedia de socorrer outras pessoas. Considerou a situação demasiado preocupante e não tinham a informação se a Unidade Local de Saúde da Arrábida já tinha alguma data prevista para a sua abertura, sendo que se o referido centro de saúde fosse aberto, com profissionais afetos a outros centros de saúde, não iria resolver o problema. Deram a notícia que chegaram 67 novos médicos, mas eram médicos internos, eram médicos que iniciavam a sua formação. Solicitou ao senhor Presidente, caso tivesse mais alguma informação que lhes pudesse facultar.

Disse que a Carris Metropolitana, finalmente, lançara a ferramenta de acompanhamento dos percursos em tempo real, aquela ferramenta estava ainda em teste. Sendo mais importante do que o acesso através do telemóvel era a visualização nas próprias paragens. Observara que já se encontravam nas paragens os tempos, referindo que os mesmos ainda se encontravam em teste, o que seria importante, porque seria ali que todos os munícipes teriam acesso independentemente de terem telemóvel e de terem a rede móvel disponível no momento.

Questionou quando iria terminar aquele período de teste e se já havia algum “feedback” sobre a utilização daquele serviço.

Parabenizou o Instituto Politécnico de Setúbal, que se juntara com uma consultora de negócio e tecnologia a “NTT Data”, lançando uma pós-graduação em gestão e visualização de dados na “Cloud”. Demonstrava que o Politécnico de Setúbal estava muito focado naquilo que era o futuro da computação e da atividade das organizações.

Considerava muito importante trazer pessoas para o concelho de Setúbal, com interesse e com formação especializada nas áreas da computação e da tecnologia.

Disse que o município deveria inspirar-se naqueles passos que o Politécnico ia dando, para fazer melhor também na Câmara Municipal.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Em nome da bancada do Partido Socialista desejou um Bom Ano 2024 e que a nível do contexto mundial se pudesse construir a paz. Não falava só em paz nos palcos, que infelizmente estava nos telejornais e nos jornais todos os dias, como seria o palco da Ucrânia e o palco do Médio Oriente entre a Palestina e Israel. Devido ao que acontecia, que era motivo de preocupação para todos, esqueciam-se das dezenas de outros palcos onde todos os dias morria gente, onde todos os dias os direitos humanos eram ofendidos, fosse em África, noutros contextos do Médio Oriente, fosse pelo mundo fora. Disse que seria importante que a população, que se dizia no contexto europeu civilizado, não esquecesse da importância da defesa dos direitos humanos e daqueles povos. Todos mereciam o nosso melhor apoio. Se não estivessem atentos aos constrangimentos dos outros, mais tarde ou mais cedo, infelizmente, a desgraça certamente que lhes iria bater à porta.

Apelou para um Bom Ano para todos, mas também apelou a que, no ano em que faziam 50 anos do 25 de Abril, todos fizessem o uso da sua cidadania, da sua capacidade de intervenção, para que se defendesse a democracia, a liberdade e a solidariedade.

Disse acompanhar o diagnóstico que tinha sido feito, as preocupações elencadas relativamente às questões da saúde, no entanto, pretendia deixar uma mensagem. Aproximando-se atos eleitorais relevantes, era bom que os portugueses se levantassem na hora de ir votar. A democracia era como uma planta que precisava de ser cuidada e a melhor forma de cuidar a democracia seria exercer os seus direitos, sempre tomando como referência o dever e o direito de votar, porque era importante fazê-lo. Disse ser muito fácil fazer diagnósticos, o problema era encontrar soluções. Naquela bancada gostavam de contribuir para as soluções e aquele era o grande apelo, conseguir sair de casa na hora de votar, porque o voto valia uma opinião e valendo uma opinião, valeria um caminho para a solução. Ficava o apelo de felicidade e de saúde para todos, para que todos defendessem a democracia.

Pretendia fazer uma saudação à Câmara Municipal pela inauguração do monumento que homenageara Zeca Afonso.

Disse que não tivera a felicidade de conviver diretamente com Zeca Afonso, assistira a imensos dos seus espetáculos. No entanto, lera nas redes sociais que (pediu que lhe perdoassem a expressão) alguns idiotas falassem de Zeca Afonso, como se ele fosse apenas aquele que escreveu ou estaria ligado à segunda senha da revolução de Abril. Zeca Afonso tivera sido muito mais que isso, a senha foi escolhida precisamente, porque o Zeca Afonso foi muito mais que isso, sendo que a “Grândola Vila Morena” estava proibida na altura. Saudou a câmara por ser capaz de homenagear um homem que era uma referência cultural, era uma referência a vários níveis, mas era sobretudo um antifascista. Disse que seria bom que aqueles que defendiam a democracia, fossem capazes, independentemente de o monumento estar virado para o rio, virado para sul, para norte, para este ou para oeste, de ver ali um legado, aquilo que era a dívida para com todos os que lutaram contra a ditadura. Atualmente nem sempre tudo estavam bem, mas havia sempre a possibilidade de dizer mal, dizer contra, discordar sem serem presos, sendo tão bonito e tão lindo.

Tudo aquilo devia-se àqueles que na altura foram capazes de se levantar e não era para ir votar, mas para ir lutar. A sua bancada agradecia à Câmara Municipal a homenagem feita a Zeca Afonso.

Disse terem uma preocupação que resultava das conversas que iam tendo com os setubalenses desde Gâmbia a Azeitão. Relativamente às condições do Cemitério da Paz, gostaria de perceber o que se estaria a tentar fazer para que as condições de degradação que iam sendo identificadas pudessem ser ultrapassadas. Referiu que havia muitos sinais de preocupação relativamente às condições físicas do Cemitério da Paz e à dignidade com que as pessoas ali estavam.

Disse que tinha sido retirado o monumento de homenagem à indústria conserveira e à luta das gentes da indústria conserveira ao longo de décadas. Disseram que o monumento tinha sido retirado para manutenção. Gostariam de saber qual era a expectativa de voltar a ser colocado no local onde estava, à entrada do Bairro dos Pescadores, mas também gostavam de propor que a reinstalação do monumento pudesse permitir uma cerimónia que tivesse uma dignidade própria daquelas gentes.

Referiu que a seguir à implantação da República a luta da indústria conserveira marcara um período importante, daquilo que era a luta pelos direitos dos trabalhadores, que era sempre bom ter presente, independentemente de estarem no século XXI.

Referiu que 100 anos depois, sem a luta, os trabalhadores não conseguiam aquilo que era a dignidade das suas profissões do seu ser.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que as suas duas questões estariam relacionadas com as urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira. Os moradores tinham-lhes comunicado haver algum tempo que constavam falta de pressão de água nas torneiras, até com alguma dificuldade para acionar o esquentador. Embora fosse um local onde era frequente falhas no abastecimento da água, pretendiam saber se existia algum problema identificado que justificasse aquela situação.

Naquelas mesmas urbanizações efetuaram a mudança da iluminação pública para o sistema "led" que reduzia a pegada de carbono, proporcionava poupança energética e financeira, contudo, os moradores sentiam com aquela alteração que as ruas das urbanizações ficaram muito escuras, uma vez que o foco da luz incidia apenas sobre a área específica, deixando a envolvente completamente na escuridão, acentuando-se nos moradores o aumento da insegurança e cuja alteração não lhes trouxera qualidade ao espaço público. Sem dúvida que era importante reduzir a pegada de carbono, proporcionar poupança energética e financeira, mas na realidade de todos os dias, os moradores sentiram que ficaram pior em termos de iluminação pública e iam comentando que as ruas estavam escuras e até tinham medo com aquela escuridão que se fazia sentir, dando como exemplo de quem circulava na Rua Manuel Gonçalves Branco sentia aquela diferença.

Disse que seria importante a elaboração e divulgação de um relatório que permitisse aos municípios conhecerem os resultados práticos financeiros e energéticos.

Desejou um Bom Ano para todos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Desejou um Bom Ano a todos e que tudo de bom pudesse acontecer na vida coletiva e privada.

Disse que todos os grupos partidários presentes naquela câmara receberam um e-mail, relacionado com um cidadão morador no Bairro do Montalvão, que levantou a questão e bem, que sendo o único bairro perto da zona da baixa que não tinha ainda zona de estacionamento tarifado estaria a criar uma pressão naquela zona, porque muitas pessoas tentavam estacionar em zonas que não eram tarifadas e terá questionado qual seria o plano de ação da câmara.

Era importante não só responder àquele munícipe, mas também que os vereadores tentassem entender qual seria o plano de ação relativamente aos parquímetros, bem como qual seria o estado das negociações que já tinham sido ali várias vezes identificadas, entre o concedente Câmara Municipal de Setúbal e a concessionária Data Rede, pois seria muito importante que os vereadores soubessem, bem como os cidadãos de Setúbal.

Referiu que tomaram conhecimento direto que o edifício onde operava uma florista na Avenida dos Ciprestes já tinha sido demolido, sendo aquele o problema identificado há alguns

anos como sendo a origem do estado miserável em que se encontrava aquela Avenida, o que levaria a uma intervenção que possibilitasse que aquela artéria tivesse alguma dignidade, sendo uma das artérias de saída e entrada da cidade de Setúbal.

Seria importante saber qual seria a ideia do executivo CDU para aquela artéria, em que termos iria ser feita uma intervenção e em que prazo.

Relativamente à intervenção do PRR no concelho de Setúbal, deveriam saber exatamente em que termos é que estavam as candidaturas, como iria ser o planeamento, quais iriam ser as intervenções em concreto.

Disse que já tinha havido uma disponibilização de alguma informação mais genérica, mas era importante que soubessem exatamente os termos em que iria decorrer durante o ano em curso e os anos seguintes, para poderem melhor fiscalizar aquilo que era a atividade da câmara e podendo fazer o seu papel enquanto oposição responsável. Quando as coisas não aconteciam poderiam identificar e até como tinha sido feito por um vereador do Partido Socialista, dar os parabéns quando as coisas eram bem executadas. Era importante que a informação fosse transmitida, percebia que não o pudesse ser numa reunião de câmara pública, mas, que pudessem fazer chegar de forma mais detalhada toda a intervenção do PRR.

Disse que Setúbal seria o segundo concelho do país com maior investimento em termos de habitação, que era uma área muito importante, que também precisava ser debelada no resto do país. Deixava aquele repto para que fossem esclarecidos e melhor informados sobre o assunto.

Sra. Vice-Presidente – Disse que foram colocadas algumas questões das quais pretendia dar alguns contributos, nomeadamente relativamente às questões da iluminação pública. Disse que em tempos trouxeram a reunião da Câmara Municipal e à sessão da Assembleia Municipal um contrato para a criação de uma empresa de serviços energéticos. Esse contrato visava a alteração de mais de 10 mil luminárias no concelho. Depois das aprovações todas do Tribunal de Contas e de a empresa ter todos os materiais disponíveis é que avançaram com o processo. Há cerca de um mês que a empresa estava na rua a fazer a transformação para passar as luminárias - algumas delas ainda a vapor de sódio -, para tecnologia "led", com todos os benefícios que a vereadora dissera relativamente à pegada de carbono, relativamente às emissões e também às questões da poupança quer financeira, quer ambiental.

Disse existir uma diferença de perceção quando se mudava a iluminação, nomeadamente as luminárias de mercúrio que eram as mais antigas e existia também uma diferença de perceção relativamente à cor, porque existiam zonas do concelho onde existia a luz amarela e existia a luz branca.

Tudo aquilo levava diferenças de perceção às pessoas. Receberam algumas reclamações relativamente àquilo que era a perceção que as pessoas tinham relativamente à intensidade, não foi só na Quinta da Amizade, mas também na Rua Principal das Praias Sado.

Naquele momento, avaliavam com a empresa os possíveis impactos, porque poderia ter que haver situação em que houvesse necessidade de reforçar alguma iluminação ou ter que ser alterada a intensidade dessa iluminação. Estavam ainda em fase de colocação das novas luminárias, que eram bastantes, começando nos extremos da cidade e depois progrediriam para o centro.

Referiu que onde a luz era amarela, as pessoas ainda sentiam mais essa diferença e o mesmo aconteceu em Azeitão quando mudaram algumas das luminárias.

Disse que os benefícios eram muito importantes e para além das questões dos problemas que tinham multicores da iluminação pública, também havia um impacto a nível da poluição visual que era preciso corrigir.

Em relação àquilo que eram as cores que, mais afetavam a hora de descanso, referiu que a iluminação era importante, mas também era importante preocuparem-se com a hora de descanso, sendo que todas aquelas coisas foram estudadas. Disse haver sítios no concelho em que parecia uma espécie de uma manta de retalhos e deu como exemplo a Avenida



António Sérgio, quem se deslocava da Manteigada para o centro da cidade verificava existirem lâmpadas brancas, amarelas e algumas *leds* misturadas, porque a EREDES substituiu umas em detrimento de outras, mas com aquele processo que implementaram no concelho iriam dar um salto muito importante naquela matéria.

Relativamente às questões que o senhor vereador Vítor Ferreira colocara relativamente ao Cemitério da Paz, disse que tivera conhecimento da existência de uma rutura grave que estava a ser tratada pelos serviços. Alguns dos quadros foram afastados, porque não cumpriam aquilo que seria necessário para a consumpção dos corpos, sendo a função que um cemitério teria que ter. Disse existirem alguns sítios onde poderia parecer que estaria abandonado, mas na realidade os corpos ainda não podiam ser levantados, no entanto, era feito um acompanhamento muito amiúde por parte dos respetivos serviços. A partir do momento em que faziam o levantamento, interditavam completamente o respetivo quadro. Disse existirem quadros, caso não fossem usados para a sua função, precisariam de uma requalificação ou de outro arranjo paisagístico. A situação mais grave, naquele momento, estaria relacionada com uma rutura imprevisível. Referiu que os trabalhadores dos cemitérios fizeram algumas obras há dois meses no Cemitério da Paz, quer a nível de condições de trabalho para quem lá estava, quer a nível das questões de aparência do próprio cemitério. A nível das condições dos trabalhadores tinha sido colocado um piso novo nas instalações e adquiriram um novo secador para as ossadas, também fizeram uma parede para ter alguma privacidade entre a zona onde os trabalhadores tinham os serviços e a parte do público. Os trabalhadores, para além da função que tinham, que era uma função difícil, eram muito engenhosos para a construção e para os arranjos e tinham essa preocupação nos cemitérios. Caso o vereador tivesse alguma coisa mais concreta que pretendesse partilhar, agradecia que o fizesse, porque assim poderiam tentar resolver o problema.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que na Quinta da Amizade e em toda a zona do Vale Ana Gomes iria tentar perceber o que se passava com a pressão da água, porque não tinha nenhuma nota naquela matéria, para rapidamente poderem atuar e ver a solução para o problema identificado.

Relativamente à Avenida dos Ciprestes, disse que iriam avançar com aquele processo de obra, com financiamento bancário até final do ano. Demoliram a casa da florista, alojaram a florista num espaço alugado, iam refazer o espaço da florista mais recuada, permitindo o regresso da florista ao seu espaço. A obra envolvia um tratamento da rede pluvial na zona das vivendas, envolvia também um atravessamento pluvial junto à rotunda de São Joaquim e a requalificação global seria superficial, com passeios, calçadas, pavimento, realinhamento da avenida e pinturas. Tudo aquilo iria demorar cerca de seis meses, obra que arrancaria até final do ano.

Sr. Presidente – Relativamente à questão da massa polar, disse que os serviços competentes estavam preparados para a qualquer momento implementar as medidas que já tinham sido testadas noutras situações.

Disse haver uma relação estreita entre os serviços competentes da Câmara Municipal, designadamente no âmbito da intervenção social, dos bombeiros e da proteção civil, com um conjunto de outras entidades que também intervinham e em particular naquele campo dos sem-abrigo. Verificando-se a necessidade de intervenção a mesma seria implementada a qualquer momento, não havia nenhum plano específico, e conforme a informação que tinha não se justificava em Setúbal, tendo em conta a articulação que existia entre os serviços da Câmara Municipal e as entidades que também intervinham naquele domínio, em particular no que dizia respeito aos sem-abrigo.

Relativamente à questão da Unidade Local de Saúde, disse que foi projetada, tendo sido constituída a partir do dia 1 de janeiro de 2024, no entanto, não tinham nenhuma informação sobre o funcionamento da Unidade Local de Saúde.

Disse que tivera a oportunidade de transmitir ao senhor Ministro que Setúbal não estava em condições de integrar a Unidade Local de Saúde, tendo em conta os problemas da saúde que

existiam no concelho de Setúbal, cuja situação seria idêntica nos outros dois municípios que seriam abrangidos pela referida Unidade Local de Saúde, não estando criadas as condições para colocar em funcionamento, aquilo que se pretendia de um novo modelo de funcionamento diferente do atualmente existente.

Transmitiu ao senhor Ministro que era necessário primeiro garantir um conjunto de serviços de qualidade e de garantia de atendimento aos municípios, naquela altura estavam disponíveis para poder integrar responsabilidades naquele domínio, porque atualmente não existiam essas condições.

Disse que já algum tempo que a situação que se agravou na generalidade do país, no entanto, competia-os, falar da situação concreta de Setúbal, de Sesimbra e Palmela, porque era naquele âmbito que avaliavam e a trabalhar.

A situação das urgências no Hospital de São Bernardo vinha-se progressivamente a agravar e conforme a informação que tiveram no dia anterior foi mais um dia de uma situação incontrolada. Tudo aquilo resultava de vários fatores, mas uma das questões perfeitamente identificadas, enquanto não houvesse centros de saúde a funcionar com condições de prestar serviços a quem precisava de cuidados de saúde, não haveria condições de estabilidade do funcionamento das urgências no hospital. O serviço de urgências destinava-se para situações específicas. Quando os centros de saúde não davam resposta às pessoas nos casos mais simples, as pessoas se dirigiam imediatamente ao hospital ao serviço de urgência que era o que funcionava em permanência. Enquanto aquela situação não fosse resolvida, o serviço do hospital não tinha condições para dar resposta àquilo que eram as necessidades e as exigências que estavam consagradas no Serviço Nacional de Saúde. Foi naquele quadro, embora a Câmara Municipal de Setúbal não tivesse nenhuma responsabilidade na requalificação dos centros de saúde, a Câmara Municipal estabeleceu um acordo com a Administração Regional de Saúde, designadamente no que tem a ver com a construção de três novos centros de saúde e aquele compromisso tinha sido assumido. Aquilo que se passava em Azeitão era bem a demonstração de que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que se comprometera.

Assumira toda a responsabilidade em ceder o terreno, lançar o concurso, fazer os projetos, acompanhar e fiscalizar a obra em permanência, garantir os arranjos exteriores e garantir as acessibilidades. No dia 30 de novembro passado, foi-lhes entregue a chave pela empresa, a qual foi entregue à Administração Regional de Saúde. Na última visita que fizeram às instalações, daquilo que tiveram a oportunidade de observar já tinha uma grande quantidade de equipamento. Significava que o novo Centro de Saúde estaria em condições de poder funcionar, no entanto, até à data não funcionava, porque não existiam trabalhadores para ir para aquela nova unidade, não existem médicos, enfermeiros nem outros trabalhadores da saúde para colocar aquela Unidade de Saúde Familiar a funcionar.

Como estava previsto avançaram para o Centro de Saúde da Bela Vista, cederam o terreno, elaboraram os projetos de arquitetura e da especialidade, assumiram a responsabilidade dos arranjos exteriores, assim como às acessibilidades e como seria óbvio ao lançamento do concurso, aprovado em reunião de câmara. Fizeram o aviso para apresentar a candidatura e até à data a candidatura não foi aprovada. A Câmara Municipal desenvolvera todos os procedimentos conducentes a iniciar uma obra, fizeram o concurso e a Câmara Municipal estava em condições de adjudicar a obra.

Questionou os senhores vereadores se achavam que a Câmara Municipal deveria adjudicar a obra, quando não tinha ainda a candidatura aprovada.

O executivo tinha a responsabilidade de assumir todos os compromissos com que se comprometeram e em particular na matéria da saúde. Desenvolveram todos os procedimentos e chegaram a uma altura de adjudicar a obra, decorridos meses ainda não tinham a candidatura aprovada. Não tendo a candidatura aprovada, corriam o risco do Centro de Saúde da Bela Vista ficar na mesma situação do Centro de Saúde de Azeitão.

Disse ser importante que todos soubessem dos compromissos em que a Câmara Municipal de Setúbal envolvera-se e das responsabilidades que assumira. Quando as coisas não

aconteciam, questionou se seriam da responsabilidade da Câmara ou se seriam da responsabilidade de outros.

Referiu que o terreno para o Centro de Saúde do Bairro do Liceu tinha sido cedido há mais de uma dezena de anos, mas só no final de novembro a ARS fizera-lhes chegar o programa, para saberem como se elaboravam os projetos, estando naquele momento a ser desenvolvidos todos os procedimentos para a contratação de elaboração dos projetos, sendo que a Câmara Municipal continuava a assumir as suas responsabilidades.

Das contas que fizeram relativamente ao Centro de Saúde de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal pagou do seu orçamento 1.400 mil euros, não incluindo naquele valor o custo do terreno. A Câmara Municipal fazia o seu trabalho a toda a velocidade. Disse existirem situações que não dependiam da Câmara Municipal e não compreendia como não se decidiam e não se criavam as condições para atingir os objetivos.

Da avaliação que faziam, ao longo de vários anos que não investiram no Serviço Nacional de Saúde, por isso chegaram àquela situação. Disse terem a convicção de que aqueles problemas não se resolveriam em um ou três anos, porque era problemas graves, que deixaram prolongar e para ser resolvido não se resolveriam de um dia para o outro.

Disse que a Câmara Municipal cumpriu sempre aquilo que eram os compromissos que assumiam, continuavam à espera que os Governos mesmo em gestão, que se resolvesse o problema da aprovação da candidatura para poderem fazer a adjudicação e iniciar a obra do Centro de Saúde da Bela Vista e esperavam a qualquer momento que pudessem ser informados das condições da abertura do Centro de Saúde de Azeitão.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que ouviu o senhor Presidente com atenção e da mesma maneira que habitualmente gostava de o criticar, também naquele momento apeteceu-lhe elogiá-lo.

Disse que não estaria a falar em nome da sua bancada, porque não tivera ocasião de o articular, mas gostava muito do lema *“fazer parte da solução e não do problema”*. Sabia que na área da saúde, que era uma área que desconhecia enquanto profissional, assim como desconhecia a área da Matemática, como o senhor vereador Carlos Rabaçal já fizera questão de o dizer, numa atitude que por acaso não tinha sido muito própria e que merecia alguma crítica. Disse ser professor de História e não de Matemática, mas havia quem fosse de Educação Física e também às vezes falasse sem propriedade. Aquilo que o senhor Presidente acabara de dizer revelava um sentido de elevada responsabilidade quer na perspetiva local, quer na perspetiva nacional e isso merecia uma referência e para o poder criticar noutras ocasiões também teria que o elogiar. Sabendo como se vivia naquele momento em Portugal na área da saúde, num problema complexo, que como o senhor Presidente dissera e bem, não tinha sido criado há dois ou quatro anos, tratava-se de uma situação que vinha detrás através de muitos outros responsáveis.

Enquanto representante do Partido Socialista, disse que iria estar também atento àquilo que poderia ser a ação da sua bancada, e das outras forças políticas, nomeadamente do PSD, para que todos rapidamente pudessem convergir naquilo que o senhor Presidente acabara de assinalar, encontrando caminhos para soluções. Enquanto democrata, acompanhava as preocupações do senhor Presidente e naquilo que foi não só o diagnóstico, mas também no apontar de um caminho.

Sr. Presidente – Disse que só falavam da saúde e por essa razão iria cingir-se à seguinte questão. O contributo que todos poderiam dar para ultrapassar a situação em que viviam, porque conforme os dados que tinham, todos os dias a situação se agravava, os setubalenses e azeitonenses ficariam muito gratos com aquele apoio e com as iniciativas que pudessem ser desenvolvidas.

Relativamente à questão dos transportes públicos, informou a senhora vereadora, que se lembrava no dia em que foram lançados os concursos da concessão dos transportes públicos, cuja operadora em Setúbal tinha todos os autocarros novos e até tinha mais autocarros do que era necessário de acordo com o contrato. Quando lhes fora apresentada a proposta de

que Setúbal iria começar um mês antes do que estava contratualizado, Setúbal aceitou que se iniciasse o processo.

Naquela altura estiveram presentes em Setúbal, vários presidentes da Área Metropolitana de Lisboa, a senhora Presidente da Área Metropolitana de Lisboa para o lançamento da implementação do transporte público com os novos concessionários, mas depois nada daquilo estava preparado para funcionar em pleno, obrigando a que o executivo fosse falar com a população, fazendo reuniões em todas as freguesias e depois uma manifestação em Setúbal para chamar a atenção de uma situação que era urgente resolver.

Segundo a informação que tinham, muitos dos cidadãos do concelho de Setúbal e de outros quatro concelhos, estariam em risco de perder o emprego, porque deixara de haver autocarros a determinadas horas para que as pessoas se pudessem deslocar para os seus empregos, o que era uma situação inaceitável.

Os municípios da Área Metropolitana de Lisboa criaram uma empresa Metropolitana, uma empresa pública, que ficara com a responsabilidade de lançar quatro concursos públicos, dois na península de Setúbal e dois na área norte de Lisboa. A empresa fizera o processo com os cadernos de encargos, aprovados no Conselho Metropolitano, sendo que a Câmara Municipal de Setúbal era corresponsável naquele processo.

A Empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa era a empresa Metropolitana que tinha relação com os vários operadores, porque foi a empresa que lançara os concursos, significava que as penalizações e as chamadas de atenção só poderiam ser feitas através de quem tinha o contrato de concessão, no entanto, os municípios não podiam dizer que não tinha responsabilidade no processo e sempre assumiram essa quota de responsabilidade, no entanto, não tinham meios para intervir junto dos concessionários e dizer-lhes o que deveriam fazer. Apenas tinham de fazer o trabalho de avaliação, o levantamento e transmitir à Transportes Metropolitanos de Lisboa aquilo que se iam passando.

A Câmara tinha uma equipa técnica que acompanhava o funcionamento da empresa, tendo reuniões regulares sobre tudo o que se passava. Referiu que a empresa de Setúbal antes do mês de maio tinha todos os motoristas para iniciar a operação, mas quando chegaram ao dia 1 de junho, concluíram faltarem vários motoristas, logo os autocarros não funcionavam. Foi necessário falar com a população e explicar que faziam todos os esforços no sentido de que aquela situação dramática não colocasse em risco o emprego daquelas pessoas.

A empresa que fizera a contratação de motoristas sabia que havia falta dos mesmos e que a qualquer momento poderiam acontecer vários problemas. Após entrar num período de estabilidade, verificaram que progressivamente o sistema de transportes e a informação ia sendo criada e disponibilizada cada vez mais para que as pessoas se pudessem informar, em casa ou indo a um dos estabelecimentos que existia, para poderem recolher informação dos horários e o seu circuito. Cada vez existia mais informação, significava que progressivamente o sistema ia dando resposta para servir as necessidades das pessoas.

Disse continuar a existir alguns problemas e em Setúbal avaliavam algumas situações identificadas no sentido de elas poderem ser adaptadas em determinados circuitos, mas numa maneira geral o sistema funcionava.

O contrato com a Google foi um problema para que a mesma transmitisse a respetiva informação. Recebera na semana passada a informação que estavam já em condições através da Google de poder saber o circuito do autocarro e o seu horário, com uma informação real sobre o funcionamento. Disse ser é uma coisa que estava ainda em experiência. Progressivamente iriam a aproximar do objetivo que era servir as pessoas na Área Metropolitana de Lisboa, conforme as suas necessidades.

Disse estar muito crente de que aquele caminho se ia fazendo, o mais próximo das necessidades das pessoas que utilizavam o transporte público. Conforme as pessoas iam acreditando no sistema de transportes públicos, poderiam deixar de utilizar tanto o transporte individual, sendo aquele o objetivo maior. Sabiam o que significava do ponto de vista científico, o que significava continuarem a utilizar os transportes individuais massivamente. Havia uma visão, com base científica, de que a opção seria utilizar cada vez mais os transportes públicos, mas para isso era necessário que os transportes públicos fossem

credíveis, tendo a possibilidade de consultar a plataforma para imediatamente encontrarem um transporte que fosse ao encontro da sua necessidade. Tudo aquilo estaria em evolução no sentido positivo e a breve prazo estariam numa situação mais estabilizada, mais credível. Quanto ao Politécnico, a Câmara Municipal tinha uma relação muito positiva. O Politécnico e os serviços da Câmara Municipal tinham uma intervenção permanente nos vários domínios. Num dos encontros concluíram que seria necessário haver uma melhor coordenação dessa relação, no sentido de a tornar mais eficaz e com resultados efetivos.

Brevemente haveria uma reunião onde poderiam dar passos no sentido de alargar a cooperação, com resultados positivos para a população e para o próprio Politécnico. A relação do Politécnico com a realidade dos estudantes e dos professores era qualquer coisa muito positivo.

O Politécnico de Setúbal era uma referência nacional e internacionalmente e, por isso, associava-se às palavras que foram ditas, porque tinham o privilégio de ter um instituto em Setúbal que, ao longo de anos, fora evoluindo positivamente no sentido de se afirmar nacional e internacionalmente. A Câmara Municipal seria sempre um parceiro do Politécnico.

Disse que também se associava às palavras proferidas pelo senhor Vereador Vítor Ferreira sobre as responsabilidades que enquanto eleitos tinham de contribuir para resolver os problemas das pessoas, sobretudo os de maior gravidade e também, porque iriam ter eleições teriam de fazer o trabalho no sentido de que as pessoas não ficassem em casa e fossem votar.

Tratava-se de uma responsabilidade que cabia a todos, de encontrar argumentos para dizer às pessoas que para que não ficassem em casa e fossem votar, independentemente de qual fosse a sua opção de voto, porque a participação no voto era uma afirmação dos valores da democracia, sendo fundamental na vida coletiva.

Quando comemoravam os 50 anos do 25 de Abril, era muito importante que as populações, no próximo dia 10 de março, pudessem dar uma resposta muito forte sobre o que para todos era o viver em democracia. Aquela maior resposta que poderia ser dada era poderem sair de casa e irem votar, independentemente da sua opção de voto.

Relativamente à questão do memorial a Zeca Afonso, disse que foi constituída uma Comissão de Honra para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e já em 2023 houve um conjunto de iniciativas, no âmbito dessas comemorações.

Existia um programa que não estava fechado, tendo sido objeto de muitas propostas, das cerca de sessenta pessoas que participavam na Comissão de Honra e de outras propostas que vieram da Assembleia Municipal, tendo sido daquele conjunto de propostas que depois teriam que ser analisadas para ver como se poderiam implementar.

Desde o primeiro dia, quando criaram aquele programa e lançaram aquela ideia, tinha sido dito que seria fundamental para Setúbal tanto o 25 de Abril como o Zeca, porque associaram, desde o primeiro dia, a ideia de comemorar 50 anos do 25 de Abril em Setúbal ao homem e à obra que Zeca Afonso lhes deixara.

O Zeca Afonso vivera em Setúbal, tivera tempos muito complicados da própria vida, concretamente a situações políticas e acabou por falecer na cidade de Setúbal onde ficou enterrado. Tinham essa responsabilidade de uma homenagem ao Zeca, como tantas houve em Setúbal, que na passagem dos 50 anos do 25 de Abril que ficasse uma marca física, tanto da memória de Zeca Afonso em Setúbal, como do 25 de Abril.

Aquela ideia foi lançada e todos concordaram. A determinada altura um jovem artista setubalense veio apresentar uma proposta para o memorial de Zeca Afonso. A proposta fora avaliada e decidiram aprovar aquela proposta e aquela localização que o artista imaginou. Visualizaram através de um vídeo criado a partir de uma maquete a sua localização.

Avaliaram como sendo uma boa localização, num espaço Ribeirinho onde confluía a cidade, se confrontava com o Sado, a Baía e também com a Arrábida, como elementos fundamentais do nosso território, dos nossos valores de maior referência. A Comissão de Honra tivera a oportunidade de ver o referido vídeo e tudo aquilo que lhes fora apresentado. Disse ser uma obra física que marcava a referência e a ligação de Setúbal ao Zeca e a memória de tudo aquilo que fora a vida de um homem e a obra que deixara. Disse que os deixou muito

orgulhosos de ter dado aquele passo quando lançaram o programa das comemorações "Venham Mais 25".

Relativamente ao monumento da indústria conserveira, disse que não tinha mais informação, mas iria verificar sobre o que se passava no sentido de poder dar a respetiva informação.

Quanto às questões do PRR, tal como tinha sido referido pelo senhor Vereador, as informações que eram públicas não tinham origem na Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Setúbal era a Câmara Municipal que tinha o maior valor de candidaturas aprovadas no PRR, não só na habitação, sendo que as da habitação seriam as de maior valor.

Não foi simples aquele processo, porque uma coisa foi a estratégia local de habitação que os órgãos municipais aprovaram e que tanto o Ministério da altura, a Secretaria de Estado da Habitação e o IHRU concordaram e reconheceram aquela estratégia. Houve um envolvimento muito forte entre a Câmara Municipal, os serviços municipais que tinha aquelas responsabilidades, o IHRU, a Secretaria de Estado e o Ministério da habitação, no entanto, não foi um caminho fácil.

No caso do IHRU, existiam regulamentos que não estavam propriamente adaptados às realidades que tinham em Setúbal, bem como com os procedimentos e as situações que era necessário considerar.

Quando se dizia que o financiamento era a 100%, na prática, eram um pouco diferente, por essa razão era preciso adaptar todo um conjunto de circunstâncias que passava pelo IHRU, entidade que, na prática, acompanhava todos aqueles processos, dando os pareceres designadamente para as candidaturas.

Disse que não foi muito fácil o caminho, mas houve determinação da parte da Câmara Municipal, da parte do IHRU e do Ministério da Habitação. Naquele momento aprovaram 105 milhões de euros de investimento, sendo que algumas daquelas intervenções foram aprovadas na Câmara Municipal, umas já estavam adjudicadas e outras estavam em processo de adjudicação. Falavam de requalificação dos cinco principais bairros que estavam em processo de adjudicação. Estavam a trabalhar nas intervenções de outros bairros que tinham habitação municipal.

Aquela era uma oportunidade única, porque com a intervenção que era feita, as casas ficariam com melhores condições de habitabilidade. Atualmente existiam regulamentos, designadamente no que dizia respeito à insonorização como às questões energéticas, que eram obrigatórios e que o PRR obrigava a que aqueles critérios fossem garantidos.

Estavam a trabalhar noutros projetos, sendo intervenções mais pequenas, mas ainda significativas, falavam de mais 13 ou 14 intervenções de requalificação, para além das intervenções em nova construção. Da parte da Câmara Municipal havia um compromisso da construção de quinhentos fogos. O IHRU que também se envolvera naquele processo, assumira construir cerca de mil fogos.

Disse haver uma parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e o IHRU, que estava a desenvolver-se e que a breve prazo teriam mais informação, bem como a possibilidade de lançamento das candidaturas e do lançamento dos concursos.

Disse haver ainda outra entidade do terceiro setor, que era o ACM, que iria lançar oitenta fogos. Todas aquelas candidaturas ao PRR envolviam a requalificação de cerca de três mil habitações. Os quinhentos fogos a construir pela Câmara Municipal, seriam para renda apoiada, sendo uma renda em função do rendimento familiar.

Quanto aos cerca de mil fogos seria de renda acessível, sendo adequada a famílias com um rendimento um pouco mais elevado, mas sempre de valor limitado.

Disse haver uma cedência de construção de um edifício municipal, uma construção para emergências, para pessoas em situação de emergência de conflito social ou de outros problemas familiares.

Disse terem um edifício cedido à Câmara Municipal para a Câmara Municipal poder construir um equipamento que servisse os sem-abrigo.

Disse ser aquele conjunto de intervenções que assumiram a responsabilidade de desenvolver. Disse que já tinham iniciado algumas obras, como era o exemplo do Bairro da

Manteigada, sendo que algumas daquelas casas já tinham condições de serem entregues aos seus residentes. Começavam a criar condições para devolver as casas já com as respetivas condições.

Relativamente à questão que o senhor vereador colocara, o facto de poderem ter acesso à informação relativamente ao desenvolvimento daqueles processos, disse que no mês de fevereiro haveria condições de terem uma situação mais ou menos estabilizada, porque embora estivessem num Governo de gestão, tudo aquilo que estivesse relacionado com o PRR nunca tinha sido posto em causa, pelo que os serviços públicos iriam continuar a dar resposta dentro daquilo que eram a trajetórias que já tinham sido estabelecidas, para as candidaturas poderem ser aprovadas e para que aquele processo não parasse. O PRR teria que estar concluído até ao primeiro trimestre de 2026, mas não havia garantias de que todo aquele compromisso estivesse terminado no primeiro trimestre de 2026. O grande objetivo era que fizessem o máximo possível. Esperava-se que os serviços tivessem as condições e a garantia de poder continuar a aprovar as candidaturas que a Câmara de Setúbal ia apresentando e que aquele processo não tivesse nenhum intervalo, que pudesse criar restrições ao desenvolvimento de todos aqueles processos complexos. Durante o mês de fevereiro estariam em condições de ter um quadro melhor definido sobre todas aquelas operações, sendo compromisso da sua parte para entregar aos senhores vereadores uma informação estabilizada sobre o desenvolvimento de todos aqueles processos, que eram muitos e complexas. Disse desejar que as empresas, em particular aquela a que já fora adjudicada as obras, que tivessem capacidade para desenvolver aqueles processos conforme estava estabelecido nos cadernos de encargos, sem interrupções de maior.

Considerou importante que os senhores vereadores também tivessem informação o mais possível sobre grandes questões, grandes problemas em que a Câmara Municipal estava envolvida.

Informou o senhor Vereador Paulo Calado que a questão do estacionamento tarifado era também um processo complexo, porque quando tarifavam os grandes arruamentos, certamente que estariam todos em sintonia da necessidade de haver a tarifa sobre os principais arruamentos, porque era fundamental na gestão do espaço público em Setúbal ou em qualquer outra cidade em Portugal, ou pela Europa fora.

Ninguém concordaria em pagar fosse o que fosse, mas era preciso haver uma gestão do espaço público para que todos pudessem usufruir do espaço público e, em particular, nos centros urbanos. Quando tarifavam os principais arruamentos, numa cidade como Setúbal, os bairros sofriam uma grande pressão, porque as pessoas tendo estacionamento tarifado nos principais arruamentos procuravam estacionar no sítio mais próximo possível, e os bairros próximos da zona ribeirinha e do centro histórico eram aqueles que ficavam mais afetados.

Em particular tiveram duas reuniões que foram muito importantes para perceberem a lógica do estacionamento tarifado em Setúbal. Tiveram várias reuniões com os pescadores, com os operadores do Mercado do Livramento e outros, assim como uma reunião com maior impacto com os comerciantes da baixa. Muitas das pessoas ficavam com a ideia de que o estacionamento tarifado acabaria com o comércio da baixa. A avaliação que tinham em Setúbal e noutras cidades, não havendo estacionamento tarifado na envolvente ao comércio da baixa, o comércio da baixa extinguia-se, dando o seguinte exemplo. Se o comércio da baixa estivesse 200 trabalhadores e se cada um deles trouxesse o seu carro e o estacionasse na envolvente à baixa, entre as 9h e as 19h, quem pretendesse ir à baixa encontraria todos os lugares ocupados, para além do estacionamento para trabalhadores de outros serviços. Disse que se tratava de uma realidade que poderiam contestar, mas não se encontrara ainda uma solução melhor do que aquela. Com a reunião que tiveram com os comerciantes a questão ficara clara, sem estacionamento tarifado na envolvente o comércio ficaria em risco.

Relativamente à reunião que tiveram com os moradores do Bairro do Montalvão, sabiam que aquela era uma zona de grande pressão, uma vez que o miolo dos bairros não tinha estacionamento tarifado, os automobilistas tinham a tendência para estacionar nos bairros de proximidade do centro da cidade. Aquela era a grande questão que tinha sido explicado aos moradores. Sugeriu-se que se iria fazer estacionamento tarifado nos principais arruamentos e

estabelecer a impossibilidade de quem não fosse residente não poder estacionar nos arruamentos do bairro. Aquele foi o compromisso que para o Bairro do Montalvão e era aquele o trabalho que era desenvolvido, para além dos compromissos da requalificação do referido bairro. Foram apresentadas algumas soluções de como seria aquela transformação do interior dos bairros e os moradores ficaram agradados, já estando aquele processo a ser desenvolvido. Esperava que, rapidamente, tanto a questão do estacionamento como a questão da requalificação do bairro do Montalvão atingissem os objetivos definidos pela Câmara em conjunto com os moradores, resultante das várias reuniões.

Disse que aquelas questões que tratou de forma mais alongada, a todos diziam respeito, eram questões que estavam em desenvolvimento e que era importante que todos tivessem a informação sobre como aqueles processos estariam a ser desenvolvidos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo sob o registo n.º 15.

**“Saudação
269.º aniversário do nascimento de Luísa Todi**

Há precisamente 269 anos, a notável cantora lírica Luísa Todi nasceu em Setúbal. A mezzosoprano portuguesa mais célebre de todos os tempos, cujo nome é perpetuado em associações, numa das escolas do concelho, no Fórum Municipal e na principal avenida da cidade em sua honra, nasceu a 9 de janeiro de 1753 na Rua da Brasileira, no bairro do Troino, Setúbal, onde a sua memória é eternizada.

Luísa Todi começou a sua carreira como atriz de comédia no "Tartufo" de Molière. No entanto, foi após o seu casamento com o napolitano Francisco Xavier Todi, violinista da orquestra do teatro, que se entregou ao canto lírico. A sua carreira internacional levou-a aos principais palcos europeus, sendo disputada pelas cortes espanhola, francesa, prussiana e russa de Catarina, a Grande.

Brilhou em cidades como Viena, Berlim e São Petersburgo, encantando o público e a crítica. O seu duelo memorável com a cantora Gertrud Elisabeth Mara em Paris é um episódio que ficou na história da música.

Luísa Todi regressou a Portugal em 1783, apresentando-se na corte portuguesa. Participou ativamente na cena musical europeia, destacando-se em cidades como Madrid e Nápoles. Encerrou a sua carreira internacional em Nápoles, em 1799.

Luísa Todi deixou um legado notável no mundo da música lírica, sendo reconhecida como uma das melhores vozes de sempre. A sua passagem pela cultura europeia e a marca que deixou na cena musical internacional enchem de orgulho Setúbal, cidade que se faz e respira através da memória desta ilustre setubalense.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse aproveitar aquela saudação para fazer uma menção que já estava para fazer algum tempo, relacionada com a rua onde nascera a cantora lírica, conhecida como o Rouxinol de Setúbal.

No início da Rua da Brasileira, na zona mais elevada, existia uma zona de caixotes do lixo junto a uma entrada de uma quinta. Aquela zona merecia um pouco de atenção por parte da Câmara, apesar de ser uma zona de passagem, acabava por fazer um recanto e as pessoas aproveitavam para deixar detritos ficando com um aspeto miserável. Tudo aquilo se passava a cerca de 100 metros da casa onde nascera Luísa Todi.

Aproveitando aquela comemoração do aniversário, a Câmara deveria fazer uma limpeza naquele local e dar um pouco de dignidade àquele espaço.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Paulo Calado que a Câmara decidiu que iria avançar com a requalificação da “Casa Luísa Todi” e também iriam fazer uma intervenção de requalificação na Rua da Brasileira, conseguindo daquela forma resolver o problema.

Disse que não identificava exatamente aquilo que o senhor Vereador colocara, a questão dos contentores de resíduos naquela zona tinha de ser toda revista e era nisso que trabalhavam, porque a atual situação não satisfazia a necessidade daquela população, no sentido de alterar a forma de recolha dos resíduos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que estava a falar do topo da Rua da Brasileira, junto a uma escadaria. Independentemente da intervenção que quisessem fazer havia naquela zona uma questão de limpeza.

Sugeriu que recolhessem todo aquele lixo e passassem um pouco de água já melhoraria bastante aquele espaço. Aquela zona estava com péssimo aspeto, numa zona perto da área mais turística da Fonte Nova.

Sr. Presidente – Disse que tomara nota e agradecia.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que se associavam à saudação. Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal iria achar piada que, apesar de não ser professor de Matemática, mas como era professor de História e graças ao investimento do Ministério da Educação fizera alguma habilitação digital, de acordo com as suas contas, não seriam 269 anos, mas seriam 271 anos do aniversário.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que ficaria retificado quanto ao ano. Trava-se de um documento feito pelos serviços de apoio.

Sr. Presidente – Disse que no dia anterior foi o dia da romagem à Glorieta da Luísa Todi e como era tradicional, juntaram-se um conjunto de cidadãos e de organizações ligadas à cultura. Nas intervenções, que foram feitas, alguém utilizara a seguinte expressão: *“Vimos aqui todos os anos, fazemos esta romagem com muito gosto e porque se justificava, mas ficávamos à espera sempre de mais qualquer coisa”*.

Naquele dia tiveram a oportunidade de ter mais qualquer coisa. A Luísa Todi, apesar da grande carreira ter desenvolvido na Europa, nas cortes e nos grandes palcos, os setubalenses ficaram sempre muito agradecidos e muito reconhecidos pelo facto da setubalense Luísa Todi ter levado o nome de Setúbal tão longe e de uma forma tão importante, razão pela qual os setubalenses deram o nome à principal Avenida, situada no principal centro histórico da cidade a “Avenida Luísa Todi”, também deram o nome à principal casa de espetáculos o “Fórum Municipal Luísa Todi” e também havia o objetivo de requalificar a casa Luísa Todi que, estavam finalmente criadas as condições para se avançar com o processo de requalificação.

No ano anterior lançaram um desafio à Associação Setúbal Voz, tendo em conta o trabalho que desenvolviam, para se poder criar um festival de canto lírico, continuando a reconhecer a importância que Luísa Todi tivera naquele domínio das artes e como levava o nome de Setúbal tão longe e também para que Setúbal fosse reconhecida como um município onde tiveram o privilégio de ter uma setubalense que dera muito eco à questão do canto lírico.

A Associação Setúbal Voz aceitara o desafio, tendo criado no espaço junto à Glorieta o primeiro espetáculo, com a primeira iniciativa de canto lírico.

Disse que o primeiro festival iria ter vários espetáculos, iria percorrer as várias freguesias, haveria algumas iniciativas que seriam dedicadas aos mais pequenos, havendo até uma iniciativa dedicada a bebés.

No primeiro ano do festival tinha sido criado aquele programa que ia desde 9 a 20 de janeiro. Esperavam que em próximos anos aquele festival fosse amadurecendo, atingindo propósito para o qual tinha sido lançado.

Em nome da Câmara Municipal agradecera à Associação Setúbal Voz e ao Maestro Jorge Salgueiro, a dedicação, o empenhamento e o ter aceite aquele desafio que tinha sido lançado no ano anterior e por no ano seguinte já ter colocado o festival na rua.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Reforçou a ideia de que Luísa Todi era uma poderosa cantora, mas também um poderoso elemento para quem estava nas escolas a ensinar história, porque Luísa Todi vivera o terramoto, ainda que muito pequena. De acordo com a história, aquando do terramoto fora colocada pelos pais num forno tentar defendê-la de um eventual desabamento. Luísa Todi estivera em França aquando da revolução francesa e cruzara-se com Napoleão em Nápoles, quando Napoleão invadira Nápoles e ainda vivera o desastre da Ponte das Barcas, aquando da segunda invasão francesa. Disse que nas escolas, quando davam história sobre a vida de Luísa Todi, conseguiam falar também daquilo que era o programa de História.

Referiu que o Agrupamento de Escolas Luísa Todi, no dia 17 de abril, através do Grupo de Teatro Amador, com professores e funcionários do agrupamento, iria estrear uma peça feita por alunos, que era exatamente quatro quadros da vida de Luísa Todi. Significava que mesmo nas escolas, mesmo os mais pequenos conseguiam viver Luísa Todi e ter na Luísa Todi uma referência. Disse que seria importante que a cidade seguisse aquela linha, porque Luísa Todi foi uma personalidade querida e muito motivadora não só para o canto, mas também para aquilo que foram outros tempos.

Disse que as escolas eram um caminho sempre muito importante para as coisas positivas da vida e naquele caso da vida cultural.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 16 a 18.

**“Saudação
32.º aniversário Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”**

O Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”, fundado em 1992, celebrou, no passado dia 1 de janeiro, o seu 32º aniversário, marcando mais um ano de dedicação e sucesso na recuperação e reinserção social de utilizadores de drogas e álcool.

Desde a sua criação, o programa tem sido um farol de esperança para aqueles que enfrentam os desafios da dependência. A abordagem única da Terapia Sintónica tem desempenhado um papel fundamental no processo de crescimento e descoberta pessoal dos utentes, promovendo mudanças internas significativas. A Terapia Sintónica, sendo uma técnica psicoterapêutica inovadora e integralmente desenvolvida em Portugal, tem permitido uma melhoria na comunicação entre as dimensões consciente e inconsciente da mente, contribuindo assim para o crescimento individual e para a promoção da saúde mental e emocional.

É notável o compromisso do Programa Terapêutico “Lugar da Manhã” na Recuperação e Reinserção Social, alcançando uma margem de sucesso significativa, aproximando-se dos 80% em relação à obtenção da Alta Clínica. A sua atuação no âmbito da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, evidencia o seu propósito não lucrativo, focando-se na qualidade, formação dos técnicos e, acima de tudo, no bem-estar daqueles que servem.

Parabéns ao Programa Terapêutico “Lugar da Manhã” pelos 32 anos de serviço, transformação e apoio às pessoas em busca de uma vida livre da dependência. Que continue a ser um farol de esperança e renovação nos anos que se seguem.”

**“Saudação
44.º aniversário União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense**

A União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense celebrou, no dia 31 de dezembro, o seu 44.º aniversário, reafirmando o seu compromisso com a dinamização cultural e desportiva da Freguesia do Sado e da cidade de Setúbal.

Fundada em 1979, ao longo de quatro décadas a UCRD Praiense tem desempenhado um papel crucial na promoção de atividades culturais e desportivas, consolidando-se como um agente ativo na comunidade. O seu empenho reflete-se na participação e colaboração em projetos que enriquecem o panorama cultural e desportivo local, contribuindo para o desenvolvimento social da região.

Um dos eventos emblemáticos promovidos pela UCRD Praiense é a São Silvestre do Sado, que este ano contou com o prestigioso padrinho Francis Obikwelu, vice-campeão olímpico. Esta iniciativa não só promove a prática desportiva, incentivando estilos de vida mais saudáveis, como também reforça o papel ativo da associação na dinâmica desportiva local.

Que a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense continue a prosperar, inspirando a comunidade a participar ativamente na cultura e no desporto, e que os próximos anos sejam marcados por mais sucessos e conquistas. Parabéns pelos 44 anos de dedicação e serviço à comunidade.”

**“Saudação
16.º aniversário Sonho XXI Futebol Clube**

O Sonho XXI Futebol Clube, ao celebrar o seu 16º aniversário, evidencia um percurso notável na promoção da prática desportiva e formação de crianças e jovens do concelho de Setúbal na modalidade de futebol. Fundado em 4 de janeiro de 2007, este clube tem marcado a sua presença no desenvolvimento desportivo da comunidade.

O compromisso do Sonho XXI Futebol Clube vai para além dos relvados, estendendo-se à construção do futuro dos jovens. Acreditando que o desporto é uma ferramenta poderosa para moldar caráter, ensinar disciplina e promover valores fundamentais, o clube assume a missão contínua de orientar os seus atletas na senda do sucesso, tanto desportivo como pessoal.

Ao longo destes 16 anos, o Sonho XXI Futebol Clube tem sido mais do que uma equipa desportiva. Tem sido uma fonte de sonhos e conquistas, uma escola de vida onde os jovens aprendem a importância do trabalho em equipa, da resiliência e do fair play. Os sucessos alcançados não são apenas medidos em golos marcados, mas nas vidas que são tocadas e transformadas pelo poder do desporto.

Que o Sonho XXI Futebol Clube continue a ser um farol de inspiração para a juventude, alimentando os sonhos e construindo um futuro brilhante para as gerações vindouras. Parabéns por estes 16 anos de dedicação ao desporto e à comunidade local.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 19 a 24.

**“Saudação
Aniversário do Sonho XXI Futebol Clube**

O movimento associativo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, em especial a nível local, enquanto elemento impulsionador em áreas como a cultura, o desporto, a juventude e a educação.

Assim, associações, clubes e instituições constituem-se como parceiros fundamentais do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações dos territórios onde se inserem.

O Sonho XXI Futebol Clube, que celebrou o seu 16º aniversário no passado dia 4 de janeiro, desenvolve atividade na área do desporto, em prol da promoção da prática desportiva, seja na sua componente formativa, competitiva ou recreativa.

Fundado em 2007, teve inicialmente como objetivo promover a formação desportiva na modalidade de futebol, junto das crianças e jovens do concelho.

Atualmente, oferece às populações um espaço para a prática da modalidade de padel, uma mistura do ténis com o squash, a qual tem vindo a ganhar cada vez mais popularidade, tanto a nível competitivo como recreativo. No Dream Padel Center Setúbal, onde é desenvolvida a sua atividade, é possível praticar a modalidade e, deste modo, tirar partido dos seus muitos benefícios para a saúde, enquanto atividade de baixo impacto, adequado a pessoas de todas as idades e níveis de condição física.

A formação de jovens continua a ser um eixo central da sua atividade, que agora se foca em formar uma nova geração de jogadores de padel.

De forma a contribuir para a comunidade, são também realizadas atividades de cariz solidário neste espaço, em parceria com outras entidades, como é exemplo o Torneio Solidário, que se irá realizar no final do mês de janeiro e que contará com entidades parceiras como a Refood Setúbal, a Cruz Vermelha e a Entrajuda.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade, bem como os importantes contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Sonho XXI Futebol Clube, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
João Ribeiro vence Jovem Talento da Gastronomia 2023**

João Ribeiro, aluno de Gestão e Produção de Cozinha da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, venceu a competição ‘Jovem Talento da Gastronomia 2023’.

Na final nacional, disputada entre 24 concorrentes, que decorreu nos dias 13 e 14 de dezembro, na Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, João Ribeiro recebeu o galardão Inovação com bacalhau da Noruega, ao convencionar o prato intitulado de “Noruega”, à base de bacalhau confitado, puré de alho francês, pickle de botelho, crocante de pinho, crocante de galanga e lima kaffir e kombu.

Este evento é realizado desde 2011 e é, segundo a organização, “uma plataforma de inspiração para jovens estudantes de hotelaria e restauração e funciona como rampa de lançamento para as suas carreiras”.

Organizado pelas Edições do Gosto, é o principal concurso nacional direcionado a jovens estudantes de restauração e hotelaria, com idades até aos 25 anos e que se encontrem a estudar numa escola de hotelaria em território nacional.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam João Ribeiro e a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal pelo resultado nesta prestigiada competição nacional, pelo prémio alcançado e por representar e levar Setúbal ao mais alto nível neste certame.”

**“Saudação
Aniversário do Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”**

Enquadrado na IPSS Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, o programa terapêutico “Lugar da Manhã” assinalou o seu 32.º aniversário no passado dia 1 de janeiro.

Fundado em 1992, este programa oferece tratamento a utilizadores de drogas e álcool de ambos os sexos, através da Terapia Sintónica, num processo de crescimento e descoberta pessoal.

Segundo dados do V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral 2022, promovido pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), o consumo de substâncias psicoativas ilícitas ao longo da vida

em Portugal subiu mais de 60% desde 2001, situando-se a prevalência em 2022 abaixo da média registada pelo conjunto dos países europeus.

*Neste sentido, continua a ser fundamental trabalhar junto da comunidade, a luta contra o uso de drogas, atuando de forma concertada e com base nos seguintes vetores: **prevenção; tratamento; redução de riscos e minimização de danos; reinserção social e dissuasão.***

O programa “Lugar da Manhã” desempenha um papel determinante junto do seu público alvo, para a sua recuperação e reinserção social, através da terapia sintónica, a qual desenvolve mudanças a nível interno, resultando no crescimento individual e melhoria da comunicação entre as dimensões consciente e inconsciente da mente, promovendo saúde mental e emocional.

Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”, a APACCF - Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, bem como todos os profissionais que tornam possível este projeto por mais um aniversário, pela dedicação assumida, sempre inseridos no contexto de valorização social, o que muito nos honra, prestigia e orgulha.”

“Saudação Aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense

Fundada em 1979, com o objetivo de promover a dinamização cultural e desportiva na Freguesia do Sado, a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense celebrou o seu 44.º aniversário no passado dia 31 de dezembro.

Desenvolveu, ao longo das décadas, uma importante atividade junto da comunidade na freguesia onde se insere, mas também em todo o concelho, tendo-se tomado um importante parceiro do poder local e das diversas entidades do movimento associativo setubalense. Através da sua participação e colaboração em projetos culturais e desportivos, promoção e incentivo à adoção de estilos de vida mais saudáveis, participação em atividades e certames que visam preservar e difundir a tradição e cultura setubalenses, do qual é exemplo o certame das Marchas Populares de Setúbal e a organização de eventos desportivos de cariz competitivo, como é exemplo da São Silvestre do Sado, a qual contou este ano com o apadrinhamento do atleta olímpico, Francis Obikwelu, tem contribuído para o desenvolvimento social, desportivo e cultural do nosso concelho, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

O movimento associativo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, em especial a nível local, enquanto elemento impulsionador em áreas como a educação, cultura, desporto e juventude.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido que prestigia o Concelho, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação Aniversário do Clube de Campismo de Setúbal

Fundado em 1947, o Clube de Campismo de Setúbal assinalou o seu 77.º aniversário no passado dia 1 de janeiro.

As origens do campismo de lazer remontam ao final do século XIX, sendo o primeiro clube de campismo no mundo, o Camping Club of Great Britain and Ireland, registado no início do século XX, em 1908. Esta atividade, que cresceu ao longo dos tempos, levou à criação de infraestruturas de grande qualidade no mundo inteiro, proporcionando a todos oportunidades diferentes e únicas de convívio, de entreajuda, de respeito e de educação pela natureza, mar e serra. A sua prática é ideal para quem procura contacto direto com a natureza em todas as suas variantes e uma excelente opção para o turismo e apoio à prática de desporto.

Contudo, e apesar dos clubes de campismo terem adquirido especial relevância para o setor do turismo, estes continuam a representar aquilo que é o desejo de comunhão com a natureza, o respeito pela mesma e a vontade de contribuir para a sua preservação.

Neste sentido, o Clube de Campismo de Setúbal, entidade sem fins lucrativos, de natureza ambientalista, cultural, desportiva e recreativa, desenvolve uma importante atividade para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, contribuindo, de igual modo, para a preservação do vasto património natural do nosso concelho.

Reconhecendo o contributo indispensável do movimento associativo para o desenvolvimento sociocultural dos territórios onde se insere, em especial a nível local, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Campismo de Setúbal, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Educação e Inserção de Jovens – Questão de Equilíbrio

A Associação de Educação e Inserção de Jovens – Questão de Equilíbrio, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de cariz social, com intervenção em Setúbal e Palmela, desenvolve as suas atividades principais através do Centro de Apoio Social e Aconselhamento Parental, Lar de Infância e Juventude e Apartamento de Autonomização e propõe, ainda, criar atividades de apoio pedagógico-terapêutico e de risco controlado, atividades de formação e de apoio à formação e atividades de investigação e de promoção transnacional.

Promove igualmente atividades desportivas e pedagógico-terapêuticas de descoberta, aventura e risco entre os jovens acompanhados, como forma de intervenção na modificabilidade comportamental social, bem como atividades culturais e recreativas de apoio à descoberta das suas aptidões e interesses vocacionais. Constituída em 1944, celebrou o seu aniversário no passado dia 1 de janeiro, assinalando 20 anos de atividade e intervenção social.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Educação e Inserção de Jovens – Questão de Equilíbrio, os seus órgãos sociais e todos aqueles e aquelas que o constroem diariamente, fazendo votos de continuação do bom trabalho desenvolvido.”

Sr. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo sob o registo n.º 25.

“VOTO DE PESAR

ODETE SANTOS


1941 – 2023

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente a morte de Maria Odete Santos, ocorrida em 27 de dezembro passado na cidade em que cresceu, se fez cidadã de corpo inteiro e viveu uma vida cheia de futuro.

Aqui começou o caminho que fez durante toda a sua vida, defendendo os mais desfavorecidos e lutando pela igualdade e liberdade para todas e para todos, a cidade que ela quis fazer, como cantava José Afonso, "sem muros nem ameias", com "gente igual por dentro, gente igual por fora"

Odete Santos foi um pilar na luta pelos direitos das mulheres, que defendeu em todas as circunstâncias na sua profissão de advogada, na atividade política e na vida pública.

Destacou-se, logo após o 25 de abril de 1974, como autarca ao integrar a Comissão Administrativa que governou a Câmara Municipal até às primeiras eleições autárquicas em 1976. Viria, mais tarde, em 1989, a ocupar o lugar de vereadora e, entre 2002 e 2009, o de presidente da Assembleia Municipal, funções que desempenhou exemplarmente.

 20 / 30

Deputada do PCP na Assembleia da República entre 1980 e 2009, destacou-se como brilhante parlamentar e legisladora, deixando o seu nome profundamente ligado a questões como a interrupção voluntária da gravidez, a criação dos julgados de paz ou a defesa de uma legislação laboral mais justa para os trabalhadores portugueses.

Mulher de profundas convicções foi, desde muito cedo, militante do partido a que pertenceu até a sua morte e a que deu importantes contributos como parlamentar e dirigente. A par das profundas convicções que nunca abandonou, alimentou durante toda a sua vida intensa paixão pelas artes, em particular pelo teatro e pela poesia.

Odete Santos foi uma cidadã que marcou a sociedade setubalense e viveu à frente do seu tempo.

Cabe-nos agora homenageá-la construindo no presente, com os valores da liberdade e da democracia, o futuro que ela viveu.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os vereadores do Partido Socialista se associavam ao voto de pesar, referindo, contudo, que ideologicamente os separava. Destacou a mulher de profundas convicções e luta fervorosa, a forma como lutou pelos direitos das mulheres, e destacou a forma como a conheceu, no âmbito de que tinha privado, a forma como tinha abraçado a causa dos mais vulneráveis, sempre disponível e contribuindo para o empoderamento daquelas pessoas. Tinha o respeito e reconhecimento pela forma como marcou a sociedade com a sua intervenção política e social.

Sr. Vereador Paulo Calado – Em nome do PSD associava-se ao voto de pesar. Disse que tivera a oportunidade de conhecer a Dra. Odete Santos ali naquela vida política. Discordaram muitas vezes ou quase sempre em muitos pontos, mas reconhecia defender com coração aquilo que eram as suas ideias. Disse ser uma pessoa inteligente e com bastante sentido de humor.

Enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal sabia conduzir bem os trabalhos, sendo unânime como sabia gerir as situações, que às vezes, nem sempre eram a contendo de todos e principalmente como Presidente da Assembleia, sendo membro de um partido, às vezes não era fácil, mas ela sabia impor até pela sua personalidade, aquilo que defendia sem que fosse motivo de crítica, razão pela qual se associavam ao voto de pesar.

O senhor Presidente propôs um minuto de silêncio

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 01/2024 – Proposta n.º 01/2024 – GAP – Ratificação Protocolo de Consórcio para Investimento Territorial Integrado “Redes Urbanas” ‘Cidades Âncora para a Economia Azul’

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



2. Deliberação n.º 02/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de sublocação de parcela de terreno, sita em EN10, Pontes, destinada a equipamento desportivo

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 03/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão do prédio sito na urbanização Pote de Água, no Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3, 1.º andar esquerdo, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 04/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DRH/DIGAT – Gestão dos recursos humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal aprovados para o ano de 2024 - Montante dos encargos

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 05/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DRH/DIGAT – Proposta de provimento do cargo de direção superior de 1.º grau – Diretor Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos (DMAGPE)

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

6. Deliberação n.º 06/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DRH/DIDEC – Aceitação de doações – Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores do Município

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 07/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DOM – Empreitada CP 01/18 – “CICLOPSET – Reperfilamento da Av. Manuel Maria Portela e da Estrada dos Ciprestes entre a Av. 5 de Outubro e o limite do concelho” - Liberação da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 08/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Av. da Bela Vista OP-A1/A2, Setúbal – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 09/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 19/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Rua das Piteiras OP-A3/A4, Setúbal – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 a 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 10/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 11/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal – 33.ª Rampa da Arrábida 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 12/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal, o União de Futebol Comércio e Indústria e o Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD, para a utilização do campo de futebol de onze do Setúbal Parque – Alteração ao protocolo submetido a reunião pública de Câmara de 4 de outubro de 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 56.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que aquela proposta, bem como a deliberação n.º 2/2024 referente ao arrendamento de uma parte do Imapark para a instalação do equipamento desportivo, que já estava instalado apesar do contrato, ainda não ter sido provado até ao início daquela reunião. Aquelas propostas apresentadas vinham validar aquilo que foi a posição afirmada pelos vereadores do Partido Socialista, no momento em que as propostas originais foram apresentadas em reunião de Câmara e vinha validar que era necessário não só a anuência por parte do efetivo proprietário do imóvel, a Caixa Geral de Depósitos, através da Caixa Leasing & Factoring, mas também que os contratos tinham que fazer menção não só a quem era o proprietário, mas também garantir que todos os outorgantes conheciam as condições contratuais.

Aquilo decorria o que era a comunicação enviada pela Caixa Geral de Depósitos com autorização de sublocação. Não tendo encontrado a cláusula que indicava que todos os outorgantes conheciam e aceitavam os termos do contrato de locação financeira, celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos e o Município de Setúbal, tal como era solicitado pelo proprietário do imóvel.

Sugeriu que se acrescentasse a informação no final do 1.º parágrafo, da 2.ª página, porque se assim não fosse, continuariam a ter um risco jurídico legal, estando a estabelecer um protocolo de colaboração, cedendo a utilização de um espaço que para ser cedido teria de cumprir as regras que o proprietário definira.

S. Presidente – Disse que achava que a carta que a Caixa Geral de Depósitos enviara à Câmara Municipal era suficientemente clara sobre os compromissos que a câmara continuava a assumir.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a carta que a Caixa Geral de Depósitos enviara tinha quatro pontos que deveriam constar nos contratos. O segundo daqueles pontos indicava se o sublocatário conhecia e aceitava os termos do contrato de locação financeira celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos e a Câmara Municipal de Setúbal. Aquele ponto constava do contrato de arrendamento que fora aprovado na proposta n.º 2/2024, no entanto, não constava daquele protocolo que estava ali a ser apresentado. Poderiam discutir que não constava, por estarem a falar de um protocolo de colaboração e por o Comércio e Indústria e o Sporting não serem efetivamente sublocatários do espaço. A carta que era um documento anexo àquela proposta tinha aquela referência e por uma questão de salvaguarda daquilo que

era a posição do município, tal como já tinham dito, no momento em que ali votaram em primeira instância aquelas propostas, dizendo que elas não reuniam na altura as condições para serem discutidas e aprovadas. A salvaguarda do município passava por acrescentar aquele ponto que era uma das condições colocadas pela própria Caixa Geral de Depósitos. Devendo acrescentar uma frase que indicasse que todos os outorgantes conheciam e aceitavam os termos do contrato de locação financeira celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos e o Município de Setúbal.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador Joel Marques, se propunha que fizesse parte do texto do protocolo, mesmo sabendo que aquilo constava na proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a sua bancada propunha que fizesse parte nos termos do protocolo, porque era com a assinatura do protocolo que todos os intervenientes daquele protocolo, nomeadamente os outros outorgantes, não a Câmara Municipal de Setúbal, afirmavam e confirmavam que tomavam conhecimento daquilo que eram os termos do contrato de locação financeira. Seria apenas acrescentar, para ser uma salvaguarda jurídica do próprio município.

Sr. Presidente – Disse que pela sua parte não via inconveniente que aquele ponto fizesse parte do protocolo. Quando as partes assumiam o protocolo que conheciam a deliberação da Câmara Municipal obrigatoriamente, porque era um documento público, era uma decisão pública, era uma deliberação pública. Ninguém poderia vir a dizer que não conhecia qual tinha sido a deliberação da Câmara Municipal que era pública.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a missiva da Caixa Geral de Depósitos estabelecia que os outorgantes deveriam conhecer a proposta aprovada na Câmara Municipal de Setúbal. Se a proposta não fosse aprovada, eles também não a assinariam. Aquilo que a missiva da Caixa Geral de Depósitos estabelecia era que deveria constar do documento assinado, que o sublocatário, naquele caso os outorgantes, conheciam e aceitavam os termos do contrato de locação financeira celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos e a Câmara Municipal de Setúbal. Para a sua bancada a questão prendia-se, tal como se prendia quando votaram aquela proposta pela primeira vez, como uma questão de salvaguarda do município. Referiu que na altura as questões levantadas pela sua bancada não foram relevadas, sendo entendidas quase como que uma questão de pormenor, o facto de a bancada pretender ser legalista e que pretendia pôr em causa o estabelecimento do protocolo. Na verdade, volvidos dois ou três meses tinham novamente as propostas, porque as propostas apresentadas na altura não concordavam com aquilo que era o contrato de locação financeira. Por uma questão de salvaguarda, para que aquele protocolo não tivesse de ter que ir novamente à reunião de câmara, apenas para que estivesse em pleno acordo com aquilo que foram as instruções dadas pelo proprietário. Aquilo que a bancada solicitava era que fosse incluída aquela frase exatamente nos termos que constava da carta da Caixa Geral de Depósitos. Se aquela proposta da sua bancada fosse acolhida, estariam reunidas todas as condições para votarem favoravelmente, caso a proposta não fosse acolhida a sua bancada entendiam que haveria um risco jurídico para o município, pelo que não poderiam acompanhar a proposta.

Sr. Presidente – Como já tinha referido, não via nenhum inconveniente em que aquilo acontecesse. Como o senhor vereador sabia, quando aprovavam uma proposta e que tinha anexo, os anexos eram parte integrante da proposta. Quando aprovavam, o que era determinante era a proposta e os anexos eram parte integrante da proposta. A proposta tinha uma deliberação e o que constava era a deliberação e a deliberação era sobre a proposta e a proposta dizia que os anexos eram integrantes, por essa razão não via que fosse um problema. Solicitava que aprovassem a proposta como ela se encontrava e que ficasse o compromisso de que aquele documento, que ainda não estava assinado pelas partes, que incluísse no segundo ponto, *"o sublocatário conhece e aceita os termos do contrato de*

locação financeira celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos e Vossas Excelências”. Questionou o senhor Vereador Joel Marques se seria aquela a questão colocada.

Sr. Vereador Joel Marques – Confirmou que era aquela a questão. A sua bancada sugerira que fosse incluído no final do primeiro parágrafo de página número dois. Gostaria que a votação fosse feita, considerando aquela inclusão.

Tendo em consideração aquilo que foi o argumento do senhor Presidente e percebendo aquilo que era a intenção do senhor Presidente, na verdade, não fazia parte dos anexos da proposta, o contrato de locação financeira, não podendo assumir que os outros outorgantes tivessem conhecimento integral do contrato e das suas cláusulas.

Para além de que o contrato de arrendamento com o “Sonho 21” que foi anteriormente aprovado, tinha uma cláusula em que estipulava que o sublocatário tinha conhecimento dos termos em que o contrato de locação financeira tinha sido feito. Se tinham aquele cuidado do ponto de vista jurídico, com o contrato de arrendamento, também naquele protocolo, tivera que ser revisto naquilo que era a sua duração, fazia sentido terem o mesmo cuidado jurídico.

Sr. Dr. Luis Liberato – Disse que não deveriam colocar os sublocatários, porque naquele protocolo não existiam sublocatários. Deveriam colocar, “*os outorgantes têm conhecimento do contrato*”, porque ao colocar sublocatário estariam a cometer um erro.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha referido sublocatários quando lera o ponto que estava na carta da Caixa Geral de Depósitos e também naquilo que se referia ao caso anterior, porque se tratava de um arrendamento. Naquele caso não era um arrendamento, mas um protocolo com cedência de espaço, pelo que deveria fazer a menção que os outorgantes tinham conhecimento.

Sr. Dr. Luis Liberato – Disse que a nota que pretendia deixar era que se deveria referir aos outorgantes.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, com a integração no texto daquela componente, como o Dr. Luís Liberato tinha proposto, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 13/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 141/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58.

Sr. Vereador Paulo Calado – Requereu a possibilidade de votar em conjunto, desde a deliberação n.º 13/2024, ponto 13 da ordem de trabalhos ao ponto 19 da ordem de trabalhos que era a deliberação 19/2024.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que concordava e propunha apresentar a deliberação n.º 19/2024 relativa à candidatura da Praia da Figueirinha ao galardão Bandeira Azul.

Sr. Presidente – Disse pretender chamar a atenção dos vereadores para a importância daquele contrato, na construção de 188 fogos, numa zona central da cidade que, ao longo de muitos anos, estivera numa situação como ainda se encontrava, embora o processo ainda estivesse no urbanismo numa fase praticamente final. Finalmente o grupo responsável pela construção viera assumir aquele contrato e o desenvolvimento da urbanização. Significava que dentro de dois a três anos, por aquilo que disse relativamente ao investimento municipal, ao investimento do IHRU e ao investimento do ACM, sem falar noutros investimentos que já

decorriam, Setúbal estaria numa situação muito confortável em termos de oferta de habitação nos vários níveis de interesses e de possibilidades financeiras.

Disse ser muito importante registarem aqueles factos, porque a situação em Setúbal, como em outras cidades do país, tinha um problema grave na habitação e que se estendia ao resto do país. Com aquele quadro que tinha sido identificado, disse ficar claro que Setúbal estaria na primeira linha da frente em termos de capacidade de oferta de habitação para os vários quadrantes da sociedade portuguesa.

Por sugestão do PSD, todas as outras propostas poderiam ser votadas em conjunto, desde a deliberação n.º 14/2024 até à deliberação n.º 18/2024.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 14/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DURB/GAPRU –
Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 310/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 13).

**15. Deliberação n.º 15/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DURB/GAPRU –
Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 45/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 13).

**16. Deliberação n.º 16/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração no decorrer da
obra - Processo n.º 69/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 13).

**17. Deliberação n.º 17/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de demolição, construção,
alteração e ampliação - Processo n.º 133/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 13).

**18. Deliberação n.º 18/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença administrativa para alteração de uso em fração de
edifício - Processo n.º 410/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 13).

19. Deliberação n.º 19/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DURB/GAPGPA – Apresentação de candidatura da praia da Figueirinha ao galardão Bandeira Azul 2024

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Igor Pereira – Disse que foi atleta de judo durante 22 anos, tendo integrado a equipa nacional de judo do Brasil durante 10 anos. Vivia numa realidade muito diferente do que aquela que vivia atualmente. Nascera e fora criado numa das comunidades mais violentas do Rio de Janeiro e podia afirmar que o desporto poderia transformar a vida de jovens adolescentes, o mesmo poderia acontecer em Portugal e principalmente em Setúbal. A sua intervenção tinha como objetivo de parabenizar o excelente trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do seu presidente André Valente Martins e pelo Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude na pessoa do vereador Pedro Pina. Ao longo de mais de 20 anos viveu do desporto e para o desporto, foi mestre de cinturão negro de judo e de jiu-jitsu. Aprendera como o desporto poderia ser uma ferramenta extremamente eficiente na transformação da vida de jovens, como auxiliar na educação e na segurança pública. Nos últimos 2 anos, Portugal, infelizmente, tivera um aumento na violência de mais de 14%, mas isso não condizia com a realidade do país. Segundo um estudante da UNESCO, o programa de apoio ao desporto reduzia a violência em 30%.

Disse que gostaria de lançar um desafio, sabendo do potencial do município, da capacidade e do profissionalismo dos senhores, sugeriu tornar Setúbal a Capital Nacional do Desporto. Tratava-se de um concelho de referência em investimento no desporto e transformação de vidas de jovens e adolescentes. Disse que não tinha dúvidas que aquele era o motivo pelo qual cada um dos senhores ocupava aquelas cadeiras. Sugeriu que se transformasse a vida dos jovens e adolescentes do município de Setúbal, com mais investimentos e oportunidades.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Igor por estar presente, porque era importante para as pessoas que viviam em Setúbal que fossem pessoas ativas, participantes, contribuindo para o enriquecimento da vida coletiva. Agradecera as suas palavras na observação que fazia do desenvolvimento do desporto que tinham em Setúbal.

Relativamente à questão de transformar Setúbal na Capital Nacional do Desporto, não sendo um especialista na matéria, referiu que não poderiam declarar Setúbal como sendo Capital Nacional do Desporto, porque existiam regras.

Disse que em 2016, Setúbal fora o município Capital Europeia do Desporto e naquela altura fizeram algum investimento, criando uma grande dinâmica em termos desportivos. Para se terem candidatado a Capital Europeia do Desporto, a avaliação feita pelas entidades competentes era de que havia potencial e havia que investir naquele sentido. Os resultados foram muito positivos e continuavam a ser nas várias modalidades.

Referiu que um dos problemas mais complicados era a falta de equipamentos para dar resposta à procura. Disse terem um conjunto de organizações, coletividades e clubes que tinham uma atividade muito significativa, envolvendo os jovens na formação e no desenvolvimento, das atividades desportivas, o que seria fundamental.



Decidiram naquele ano, que fazia parte do compromisso de investimento, construir quatro equipamentos desportivos, dois de futebol, sendo um deles na zona nascente do concelho, em Praias do Sado e outro na zona poente no Viso e dois pavilhões desportivos, um deles reforçando a concentração de equipamentos que já tinham na Manteigada, na freguesia de São Sebastião, permitindo mais capacidade de resposta à procura.

Disse que também iriam criar um pavilhão em Azeitão, sendo o primeiro a ser construído pela Câmara Municipal em Azeitão, para utilidade das coletividades sediadas em Azeitão, as quais tinham uma grande dinâmica na componente desportiva.

Disse terem a informação de que alguns clubes, com jovens de tenra idade, muitas das vezes faziam os seus treinos por volta das 23 horas, dada a atual capacidade dos equipamentos que tinham e com um novo equipamento teriam uma maior capacidade de rotatividade de horários, permitindo aquelas camadas mais jovens, designadamente aos estudantes ou a quem trabalhava poder usufruir de horários compatíveis com a sua ocupação. Falava de desportos em terra, mas Setúbal tinha uma componente de água significativa e também naquela área continuavam a investir significativamente.

Disse que, naquele fim de semana, tivera a oportunidade de estar na beira rio e vira um clube náutico com dezenas de jovens na baía, praticando o desporto náutico. Fizeram um investimento naquele recurso natural que permitia que se continuasse a desenvolver atividades naquela área.

Disse haver uma prioridade de criar um equipamento desportivo na zona ribeirinha que fosse ao encontro daquele crescimento na procura dos desportos náuticos. Disse terem algumas provas de reconhecimento internacional, que tornaram Setúbal numa procura significativa para os desportos náuticos.

O executivo tinha consciência do potencial que Setúbal tinha, tanto do ponto de vista dos atletas, da procura e das condições naturais existentes, podendo chamar determinadas atividades que viessem de outras regiões do país e até mesmo a nível internacional, como seria o exemplo das “Águas Abertas”, bem como noutras iniciativas que eram praticados em Setúbal.

Informou o senhor Igor que estavam no caminho, independentemente de não estar na sua mão poder definir que seria Setúbal a capital do desporto, a aposta estava traçada e até final daquele mandato Setúbal e Azeitão teriam muito melhores condições para a prática desportiva.

A senhora D. Maria fez uma intervenção que não ficou registada, uma vez a própria não autorizou, de acordo com o Regulamento Geral sobre a proteção de dados (RGPD).

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.



O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de abril de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 30 folhas numeradas.

A Chefe da Divisão de Contabilidade e Património,



Sílvia Maria Torrão Barbeiro

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Sílvia Barbeiro